

Bloque 2: Impacto del Presupuesto Participativo en la Administración Pública Local

Dimensiones de estudio:

MODELO DE GESTIÓN

MODERNIZACIÓN DEL APARATO ADMINISTRATIVO.

Grado de transferencia de poder a la ciudadanía
Estructura Municipal

CONTROL Y SEGUIMIENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ARTICULACIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA CON LA
CIUDADANÍA: comunicación y espacios de participación

EFICACIA en la gestión.

Ficha 2.1

Dimensión 1. MODELO DE GESTIÓN

Subdimensión1) Voluntad política.

1.1 ¿Que objetivos se persiguen con la puesta en marcha del presupuesto participativo?

Ampliar os espaços democráticos com a participação direta da população, no levantamento e definição de empreendimentos que serão executadas no município, levando a uma inversão de prioridades e ao controle social da Administração Pública.

1.2 ¿Quien lidera el proceso del presupuesto participativo? El/Alcalde o Alcaldesa, el equipo de gobierno, un/a Concejal, etc.....

A equipe de governo, que conta com três instâncias administrativas com atribuição de planejamento, coordenação, execução, monitoramento e interação com a população: A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação - SMPL, a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas – SMURB e Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional – SCOMGER, das nove Regiões Administrativas do Município e as Secretarias Temáticas, que formulam às Diretrizes.

A população protagoniza a discussão e a deliberação dos investimentos e através dos delegados eleitos escolhe o plano de obras a ser executado

1.3 ¿Que actores políticos y de qué manera participan en el proceso del presupuesto participativo? ¿Quién asume el protagonismo en el proceso?

O governo municipal através das instâncias administrativas com atribuição de planejamento, coordenação, execução, monitoramento e interação com a população: A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação - SMPL, onde há uma Coordenação de Participação Popular, que possui uma gerência do Orçamento Participativo. Esta coordenação responde pelo planejamento e metodologia do OP, bem como do planejamento de ações de mobilização popular em todo o processo.

A Secretaria Municipal de Políticas Urbanas – SMURB coordena o processo de elaboração dos projetos para os empreendimentos, desde a fase inicial (fornecimento de dados básicos urbanos e outras informações técnicas), passando pelo fornecimento de informações para subsidiar a escolha dos empreendimentos (resultado das vistorias e preços estimados dos empreendimentos pré selecionados na 2ª rodada do OP), até as etapas de licitação e elaboração de projeto executivo e licitação dos empreendimentos aprovados.

Cabe às nove Secretarias de Administrações Regionais Municipal Coordenar a discussão pública do OP, responder pelo gerenciamento da realização do Plano de obras dos empreendimentos e a interação cotidiana com as COMFORÇAS, através das suas Gerências Regionais de Orçamento Participativo.

A população protagoniza a discussão e a deliberação dos investimentos e, através dos delegados eleitos escolhe o Plano de obras a ser executado.

À COMFORÇA cabe:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;
- b) detalhar, complementar redimensionar ou substituir as prioridades definidas pelo Fórum de Prioridades Orçamentárias;
- c) promover debates com assessores, órgãos ou entidades específicas pra subsidiar as decisões internas;
- d) solicitar esclarecimentos e informações às autoridades municipais acerca de políticas públicas;
- e) realizar reuniões com os representantes do orçamento participativo nas sub regiões;
- f) convocar e organizar anualmente, juntamente com órgãos da Prefeitura, O Fórum de Prioridades Orçamentárias;
- g) designar pelo menos dois de seus membros efetivos par acompanhar o processo de abertura de licitações.
- h) Discutir o comportamento de membros da COMFORÇA quanto a denúncias concretas de proveito pessoal, podendo, em caso comprovado, propor a exclusão de mandato.

Os recursos destinados para as obras priorizadas no OP são submetidos à aprovação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dentro do Orçamento Geral do Município, estando contidos em rubrica própria.

1.4 ¿Existe una definición del modelo de ciudad a medio y largo plazo?.

Existe o Plano Diretor da cidade elaborado em 1996, que, orienta as intervenções de médio e longo prazo sendo prevista a sua atualização de 4 em 4 anos.

1.5 ¿Cuales son sus principales estrategias?

Está estruturado com maior enfoque para as questões urbanas, e, indica programas ou intervenções na cidade a serem desenvolvidas para uma melhor qualidade de vida através de programas como PGE, DRENURBS, PROPAM, VIURBS

1.6 ¿Cuales son sus principales instrumentos?

As Conferências de Política Urbanas e Política Social que é um dos canais utilizados para a sua atualização com atuação efetiva do COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana, que, dentre outras atribuições monitora o plano diretor da cidade.

Para diretrizes da política urbana tem-se o Plano Diretor, Lei de parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, Plano Municipal de Saneamento, Adoção da Unidade de Planejamento (UP) para o OP Regional; aplicação do Índice de Qualidade de Vida Urbano (IQVU), que mede aspectos relativos à oferta de equipamentos urbanos; Áreas Prioritárias para inclusão social e o Plano Global Específico (PGE).

1.7 ¿Qué papel juega el Presupuesto Participativo en esas estrategias y modelo de ciudad que se persigue?

As diretrizes para aprovação de empreendimentos no OP são traçadas pelas políticas setoriais - que por sua vez são efetuadas à luz da legislação existente e planos (Plano Diretor, Planos Globais, DRENURBS, etc) e do modelo de cidade que se busca - e divulgadas à população para orientar ou restringir as demandas.

Durante o processo do OP, antes de colocar as demandas em votação, elas são analisadas pelos setoriais para verificar se as demandas estão de acordo com as diretrizes traçadas para a cidade. Só depois desta aprovação técnica a demanda segue para o processo de votação ou é excluída caso esteja fora das diretrizes.

Subdimensión 3) Información y comunicación sobre la gestión municipal: Competencias y desarrollo de programas y servicios municipales

1.8 ¿Cuales son las competencias municipales?

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte

Art. 3º - São objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no art. 166 da Constituição do Estado:

- I. garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos;
- II. assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
- III. preservar os interesses gerais e coletivos;
- IV. promover o bem de todos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, credo religioso, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação;
- V. proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;
- VI. priorizar o atendimento das demandas da sociedade civil de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento, lazer e assistência social;
- VII. preservar a sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades;
valorizar e desenvolver a sua vocação de centro aglutinador e irradiador da cultura brasileira.

*1.9¿ Como están organizadas estas competencias en el Ayuntamiento?
(Describir organigrama municipal)*

As políticas públicas são organizadas e executadas por secretarias, ligadas diretamente ao Prefeito Municipal. Em 2000 a Prefeitura passou por uma Reforma Administrativa e, em janeiro de 2005 foi sancionada a Lei da Estrutura organizacional da Administração Direta.

Assim, a estrutura atual da Prefeitura é composta por nove secretarias municipais, nove secretarias de administração regional, ambas de 1º escalão, e também 15 secretarias adjuntas de 2º escalão. O 3º escalão é preenchido pelas gerências e cargos equivalentes.

1º escalão

Secretarias Municipais

1. Secretaria Municipal de Governo
2. Secretaria Municipal de Educação
3. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação
4. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
5. Secretaria Municipal de Finanças
6. Secretaria Municipal de Políticas Sociais
7. Secretaria Municipal de Políticas Urbanas
8. Secretaria Municipal de Saúde
9. Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

09 Secretarias Regionais (Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova)

2º escalão

Secretarias Municipais Adjuntas

1. Relações Internacionais
2. Gestão Administrativa
3. Recursos Humanos
4. Arrecadações
5. Tesouro
6. Planejamento
7. Orçamento
8. Tecnologia da Informação
9. Meio Ambiente e Saneamento Urbano
10. Regulação Urbana
11. Habitação
12. Abastecimento
13. Assistência Social
14. Esportes
15. Trabalho e Direitos de Cidadania

A Administração Indireta é composta de Fundações, Agências e Empresas Públicas, conforme a seguir:

- Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – PRODABEL;
- Fundação Zoobotânica
- Fundação Municipal de Cultura
- Fundação de Parques Municipais
- Companhia Urbanizadora de Minas Gerais
- Agência de Desenvolvimento Urbano e Econômico
- Empresa de Turismo de Belo Horizonte – BELOTUR
- Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS

*1.10 ¿Cuales son los servicios municipales que presta el Ayuntamiento?
¿Como están organizados estos servicios en el Ayuntamiento?*

A Prefeitura presta serviços nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana, assistência social, abastecimento, cultura, esporte e lazer, dentre outras. A prestação destes serviços se dá de forma articulada entre o nível central e regional que, após a reforma de 2000, vem descentralizando de forma paulatina os serviços essenciais, buscando, ainda a intersetorialidade entre as áreas de atuação das Secretarias e políticas municipais.

Os serviços prestados pelo poder público são executados diretamente pela administração municipal, sendo que alguns recebem recursos e apoio dos governos estadual e federal.

1.11 ¿Existen programas de información y comunicación hacia la ciudadanía sobre los programas y servicios municipales que presta el ayuntamiento? ¿Cuáles?

Os programas de comunicação social, que utilizam material impresso, cartilhas, textos, portal da PBH e outros.

Subdimensión 4) Sistemas de "Toma de decisiones"

1.12 ¿Cómo es el sistema de toma de decisiones en la gestión municipal?

O sistema, entendendo como o conjunto da legislação vigente, privilegia decisões exclusivas do chefe do executivo. As decisões de democratizar os processos não tem obrigatoriedade legal e ficam a cargo da decisão do prefeito.

No caso de Belo Horizonte, o programa de Governo "democrático-popular", por 04 mandatos consecutivos tem se pautado por uma administração participativa, envolvendo os setores organizados da cidade, através de Conselhos Municipais previstos nas legislações federais, estaduais e municipais, e instituindo outros canais de participação, como o Conselho da Cidade e o OP.

1.13 ¿Existen mecanismos para la participación ciudadana en la toma de decisiones? ¿Como se establece la participación ciudadana?

Sim. Através dos conselhos, comissões e outras instâncias.

o Conselho da Cidade e os Conselhos Setoriais deliberativos, que se articulam com o OP, são instituições híbridas, formados por representantes da população e do Governo. No caso dos Conselhos Setoriais, eles são formados por representantes das respectivas áreas.

O Conselho da Cidade, que é intersetorial, é assim constituído:

- a) governo: Secretarias de Governo, Planejamento, Política Social, Política Urbana, Finanças, Administração e Recursos Humanos, Segurança Urbana (Guarda Municipal) e as nove Regionais.
- b) Associações de classe voltadas para a questão urbana: SINDUSCON, CREA, IAB, CDL, SME.
- c) As concessionárias de serviço público: CEMIG, SETRA/BH, COPASA, PMMG.
- d) Os centros universitários também voltados à problemática Urbana: CEURB – UFMG, OPUR- PUC.
- e) Fundação João Pinheiro – Órgão estadual voltada para articulação urbana.

- f) Câmara municipal de Belo Horizonte.
- g) Da política urbana: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos, Habitação, Vilas e Favelas, Mobilidade, Transporte e Trânsito.
- h) Da política social: Saúde, Educação, Abastecimento, Assistência Social, Criança e Adolescente, Cultura, Esportes, Direitos Humanos, Portadores de Deficiência, Idoso, Juventude, Mulher, Comunidade Negra, Controle urbano, Patrimônio Histórico e Cultural e Representantes das COMFORÇAs das nove regionais.

1.14 ¿Como es el sistema de toma de decisiones en el presupuesto participativo?

O OP de Belo Horizonte é um processo deliberativo sobre a destinação de recursos exclusivos para este fim (geralmente são destinados a cada Ciclo do OP em torno de R\$ 50 milhões), cuja metodologia prevê que os participantes, a cada etapa do processo, elejam dentre seus pares os delegados que os representarão nas fases subsequentes de escolha que culminam na votação final do plano de empreendimentos do ciclo e dos integrantes das Comissões Regionais que acompanharão sua realização (COMFORÇAS):

1.15 ¿Participan los/as trabajadores/as municipales en la toma de decisiones tanto en la Gestión municipal como el proceso del presupuesto participativo?

Os técnicos ligados ao processo do OP, participam de algumas decisões relativas ao OP. Quanto à gestão municipal, NÃO.

Subdimensión 5) Elaboración y diseño del presupuesto municipal

1.16 ¿Como se elabora el presupuesto municipal. Quien participa y quien lo aprueba? Control interno

A peça orçamentária é elaborada pelos técnicos da administração municipal de acordo com as políticas setoriais e política de governo.

1.17 ¿Como se elabora el Presupuesto Participativo. Quien participa y quien lo aprueba? (describir el ciclo)

PROCESSO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

1 A cada dois anos, a PBH e lideranças comunitárias convocam a população da cidade para a Abertura Municipal do Orçamento Participativo e 1ª Rodada de Assembléia Popular em cada Regional.

2 Nessas Assembléias, a PBH explica a Metodologia do Orçamento Participativo (OP) e entrega um formulário de reivindicação de obras para o representante de cada bairro.

3 O representante reúne a comunidade, que indica, no formulário, a obra prioritária do Bairro (Escola, Centro de Saúde, Urbanização de vias, etc). Todos os presentes tem que assinar o formulário e enviar a ata da reunião.

4 A PBH recebe o formulário, analisa a reivindicação e o devolve à comunidade com um parecer técnico, dizendo se a obra é viável ou se será necessária a substituição da mesma.

5 A 2ª Rodada de Assembléias é realizada por sub-região (cada uma das nove regionais é dividida de 3 a 6 sub-regiões, que englobam vários bairros). A PBH apresenta a verba disponível para cada sub-região. Quanto mais carente e mais populosa a área, maior o recurso que ela vai receber, segundo o IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana. A partir das sub-regiões são selecionadas até 25 obras por regional , das quais 14 serão aprovadas nos Fóruns Regionais de acordo recurso disponível. Nesta Assembléia cada sub-região elege seus delegados, proporcionais ao número de presentes, atribuindo a devida importância à participação popular.

7 Nas Caravanas de Prioridades , os delegados eleitos na 2ª Rodada por sub-região visitam os locais das demandas pré-selecionadas. As Caravanas possibilitam aos delegados conhecerem melhor a realidade de cada obra, antes da tomada de decisão.

8 A seguir, acontece o Fórum Regional, última etapa do OP, quando a PBH apresenta a planilha com os custos de cada empreendimento. A plenária de delegados seleciona até 14 entre as 25 obras pré-selecionadas para cada regional de acordo com as Normas e elegem os representantes da COMFORÇA, comissão que vai acompanhar e fiscalizar a realização dos obras aprovadas.

9 É realizado um grande Encontro Municipal reunindo as COMFORÇA todas as nove Regionais, onde o Prefeito recebe da COMFORÇA eleita o Plano de Empreendimentos definido pelo OP a ser executado pela PBH.

Subdimensión 6) información y comunicación Presupuestaria: transparencia

*1.18 ¿Existen mecanismos para facilitar la información presupuestaria?
Cuales*

A peça orçamentária é apresentada à Câmara de vereadores (legislativo municipal), em seções abertas ao público. Parte das informações ficam acessíveis na página web da prefeitura. É atribuição regimental do Conselho da Cidade conhecer e opinar sobre o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental e a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.19 ¿Se desarrollan programas de comunicación para la sensibilización y comprensión de la ciudadanía de las cuestiones presupuestarias? ¿Cuales

Sim. Vem sendo desenvolvido pela Coordenação de Participação Popular, em convênio com instituições locais e entidades internacionais, um programa de qualificação de lideranças, conselheiros municipais e membros das COMFORÇAS e outras comissões denominado Escola da Participação

1.20 ¿Cuales son los medios y canales más utilizados?

A Escola da Participação oferecendo cursos de capacitação para lideranças, utilizando como ferramenta textos, cartilhas, revistas, folhetos, cartazes.

Subdimensión 7) (Evaluar) reglas y procedimientos

1.21 ¿Existen mecanismos de evaluación de las reglas y procedimientos en la elaboración del presupuesto municipal?. Cuales

Sim. A avaliação da execução do orçamento é instituída por lei federal, efetuada pela câmara dos vereadores e analisada pelo Tribunal de Contas do Estado .

Subdimensión 8) Seguimiento: Rendición de cuentas

1.22 ¿Como se produce la rendición de cuentas de la gestión municipal? ¿Que instrumentos se utilizan?

Em relação ao Orçamento Participativo são elaborados relatórios mensais com um balanço de empreendimentos aprovados (acumulado ao longo da existência do OP), executados, em andamento e parados. Cópia deste relatório é entregue à COMFORÇA para discussão.

A prestação de contas da peça orçamentária completa tem acompanhamento por parte da população sendo efetuada pelo legislativo municipal e aberta à população em audiências públicas.

Dimensión 2. MODERNIZACIÓN / REFORMAS DEL APARATO ADMINISTRATIVO.

2.1 Grado de transferencia de poder

2.1.1 ¿Cual es el grado de Descentralización Municipal?

Describir: organización administrativa y, política de la ciudad, legislación, normas...

A Prefeitura de Belo Horizonte possui em sua estrutura 9 (nove) Secretarias de Administração Regional Municipal (SARMU's) com localização espacial estratégica que visa proporcionar proximidade entre o cidadão e a Administração Municipal em toda a cidade.

As Administrações Regionais possuem status de secretaria de coordenação e são responsáveis pela gestão dos serviços das unidades executoras setoriais (Regulação Urbana, Meio ambiente etc) que compõem a estrutura de cada uma delas.

Em cada Administração Regional existe uma Central de Atendimento vinculada a uma Gerência de Atendimento (GEATEND's). As Centrais concentram o atendimento à população (telefônico e presencial) em sua região, prestando informações e captando solicitações de serviços. Cerca de 70 serviços podem captados e sua realização pode ser acompanhada pelos cidadãos através das Centrais.

Além do atendimento presencial e telefônico, o Sistema SAC-WEB permite o registro da solicitação e o acompanhamento via internet de 58 serviços, sendo que 34 deles dispensa a apresentação de qualquer documento, desburocratizando a execução dos serviços e facilitando a vida dos munícipes.

O atendimento através das Centrais, seja de forma presencial, por telefone ou via SAC-WEB, torna a relação entre os cidadãos e a Prefeitura mais pessoal e transparente, uma vez que elimina o contato com os executores diminuindo a probabilidade da ocorrência de práticas do tipo clientelista. Do ponto de vista da eficiência há também um ganho, associado à especialização da função atendimento nas Centrais e à liberação das áreas executoras desta função, ficando as áreas executoras com mais tempo para exercerem as atividades em que são especialistas

Regionais: Barreiro; Norte; Noroeste; Nordeste; Centro Sul, Pampulha, Leste, Oeste, Venda Nova

2.1.2.¿En qué medida el presupuesto participativo está favoreciendo los procesos de descentralización?

A discussão pública do OP se dá respeitando a divisão territorial das regiões administrativas, que foram criadas visando a descentralização administrativa e política. Dessa forma, o processo do OP reforça a descentralização dentro da administração municipal, na medida em que trabalha com unidades territoriais ainda mais próximas à comunidade (bairros, Ups e sub região).

2.1.3.¿Cual es el grado de Desconcentración de servicios y competencias municipales? Describir

¿En qué medida el presupuesto participativo está favoreciendo los procesos de desconcentración de servicios?

A execução do OP é efetuada, pela SUDECAP e URBEL que são os órgãos executores da Prefeitura, e acompanhada pela Secretaria Municipal de Administração Regional, que é a região onde será executada a obra, e da COMFORÇA também , que representa a comunidade, criando um canal de comunicação direto entre a população e a administração.

2.1.4.¿Se están establecido procesos e instrumentos de Desburocratización, para favorecer la participación ciudadana ¿cuáles? Describir

- *Procedimientos Internos (Sistemas RRHH, de contratación)*
- *Comunicación Interna Sim. Guia do Cidadão*
- *Proceso de toma de decisiones. Conselhos e Comissões*
- *Articulación y coordinación Interna horizontal.Reforma Administrativa*
- *Formación y capacitación de la RRHH., sensibilización de los trabajadores/as*
- *Otros.....(describir)*

SIM. No âmbito da SMPL foi criada com a Reforma Administrativa a Secretaria Adjunta de Modernização Administrativa que tem dentre suas atribuições dotar de maior transparência e acessibilidade as informações municipais

2.1.5¿En qué medida el presupuesto participativo está favoreciendo los procesos de desburocratización de la Administración local?

SIM. Concorreu, por exemplo para dotar a SMURB de maior agilidade: A SMURB precisou se reformular para avaliar a viabilidade das obras pré selecionadas no Op, elaborar pré projetos para elas e transmitir estas informações de modo a serem apropriadas pelos participantes com clareza e em curto prazo

2.2 Estructura Municipal

2.2.1 Describir Organigrama de la Organización Municipal: áreas municipales

As secretarias estão ligadas diretamente ao gabinete do prefeito: Secretaria municipal das políticas urbanas, secretaria municipal das políticas sociais, Secretaria municipal do planejamento, orçamento e informação, Secretaria municipal de finanças, secretaria de governo. Ligadas a estas secretarias estão as adjuntas, gerentes, autarquias, órgão executores.

2.2.2 Indicar N° de trabajadores/as municipales (si es posible indicar según sexo)

Administração Direta: 24.091
Administração Indireta: 5.601

2.2.3 Indicar N° de empleados públicos que participan en el Pres. Participativo por área municipal (si es posible indicar según sexo)

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO GGOP	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Secretaria de Administração Regional Barreiro	05
Secretaria de Administração Regional Centro Sul	05
Secretaria de Administração Regional Leste	05

Secretaria de Administração Regional Nordeste	05
Secretaria de Administração Regional Noroeste	05
Secretaria de Administração Regional Norte	05
Secretaria de Administração Regional Oeste	05
Secretaria de Administração Regional Pampulha	05
Secretaria de Administração Regional Venda Nova	05
Secretaria Municipal de Políticas Urbanas	01
Secretaria Municipal Adjunto de Regulação Urbana	01
Secretaria Municipal Adjunto de Habitação	01
Secretaria Municipal Adjunto de Meio Ambiente	03
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	01
URBEL	02
BHTRANS	03
SUDECAP	04
SLU	02
Secretaria Municipal de Educação	03
Secretaria Municipal de Saúde	04
Fundação Municipal de Cultura	03
Fundação de Parques Municipais	02
Secretaria Municipal de Políticas Sociais	02
Secretaria Municipal de Assistência Social	03
Secretaria Municipal de Abastecimento	02
Secretaria Municipal de Esportes	03
Secretaria Municipal de Trabalho e Direitos de Cidadania	02
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação	01
Coordenação da Participação Popular	01
Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação nas Secretarias Regionais	09
TOTAL	98

2.2.4 ¿Cuál es el área o departamento del municipio responsable del proceso?

A Secretaria Municipal da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Informação há uma Coordenação de Participação Popular, que possui uma gerência do Orçamento Participativo.

Esta coordenação responde pelo planejamento e metodologia do OP, bem como do planejamento de ações de mobilização popular em todo o processo.

2.2.5 Describir el organigrama del presupuesto participativo en el aparato administrativo. ¿Se han creado nuevas estructuras de coordinación para llevar a cabo el presupuesto participativo?

O Orçamento Participativo se organiza numa estrutura matricial, coordenada por núcleos gestores em cada órgão setorial e nas secretarias de coordenação regional (09 regionais), com uma coordenação geral ligada à secretaria municipal de planejamento. Esses núcleos gestores se articulam no processo de

planejamento e execução do OP através do fórum instituído denominado Grupo Gerencial do Orçamento Participativo – GGOP.

Além da Gerência do OP ligada à Secretaria de Planejamento, e das 09 Gerências Regionais do OP, existem duas gerências responsáveis pelo Orçamento Participativo na Secretaria Municipal de Coordenação da Política Urbana (Planejamento e Obras) e uma Gerência do Orçamento Participativo da Habitação na Secretaria Municipal de Habitação.

Efetivamente foram criados os cargos de gerente em cada regional e os núcleos gestores nas secretarias de planejamento, de política urbana e de habitação. Os demais executores do OP tem outras funções dentro da administração e estão dentro da estrutura matricial do OP.

2.2.6 Describir las reformas administrativas ocurridas con la puesta en marcha y desarrollo del presupuesto participativo

- *Adecuación y adaptación (flexibilidad horaria, normas internas del personal*
- *Nuevas tareas y procedimientos para el personal de la Administración.*

A reforma administrativa ocorrida em 2.000 criou os cargos de gerente do Orçamento Participativo lotados nas administrações regionais com a função de coordenar o processo e acompanhar a execução nas nove regiões. Criou também a gerência do OP, ligada à secretaria de planejamento, visando coordenar todo o processo, inclusive de discussão pública e integração das políticas setoriais (educação, meio ambiente, saúde, infraestrutura, meio ambiente, etc);

As duas reformas seguintes mantiveram a estrutura do OP.

2.2.7 ¿El desarrollo del Presupuesto Participativo facilita el trabajo inter áreas, (interdelegaciones)?

Sim. O OP é o projeto de governo que mais exige o diálogo permanente entre todas as políticas municipais.

2.2.8 ¿Facilita una visión "integral" de la gestión municipal?

Sim. Porque relaciona com todas as áreas de intervenção do governo.

2.2.9 ¿Se han establecido mecanismos de evaluación del presupuesto participativo en el aparato administrativo?

Sim. Cada edição do OP é precedida de avaliações acumuladas durante o intervalo, onde também se consolida as diretrizes do próximo OP.

2.2.10 ¿Cuáles son las principales dificultades que encuentran las administraciones municipales, los aparatos administrativos en la implantación de su Presupuesto Participativo?

Adequação do aparato administrativo; atender diretamente à população; a cultura burocrática, pouco transparente e clientelista consolidada nos órgãos públicos;

Dimensão 3. CONTROL Y SEGUIMIENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 *¿Quién controla y fiscaliza la ejecución del presupuesto de las obras aprobadas? Organismos, modalidades de control. ¿ Ciudadanía / Mixtos?*

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo – COMFORÇA. A Comissão é eleita entre os delegados participantes dos Fóruns Regionais do OP para acompanhar a execução das obras.

3.2 *Rendición de cuentas ¿Cuál es el papel de la administración local?*

Todos os órgãos envolvidos na execução ou na geração de dados sobre o andamento de obras são responsáveis pela organização e o repasse de informação para a prestação de contas mensal à COMFORÇA ou a qualquer momento que houver um pedido neste sentido por parte de qualquer cidadão.

3.3. *¿Existe algún tipo de Normativa de garantía de control ciudadana?*

A COMFORÇA tem regimento interno aprovado e em vigor que define suas atribuições e seu papel.. Este tipo de instrumento, embora não tenha força de lei é usualmente reconhecido por instâncias a exemplo do ministério público e, especialmente, por seus integrantes.

3.4 *En cuanto a los compromisos recogidos en el Presupuesto Participativo, ¿qué mecanismos de información y difusión pública de las propuestas se realiza? A través de qué medios y canales?*

É elaborado um relatório mensal de acompanhamento por todos os órgãos executores da prefeitura, com coordenação central da secretaria de planejamento, e distribuído para as administrações regionais para divulgação entre a COMFORÇA de cada região.

Mensalmente são realizadas reuniões da COMFORÇA em todas as nove regiões administrativas onde são discutidos todos os empreendimentos aprovados nos OP's utilizando este relatório. Além da COMFORÇA Habitação o Conselho municipal da habitação também pauta a prestação de contas sobre os investimentos e a execução das moradias aprovadas no OPH.

3.4 *¿Se lleva a cabo la Capacitación de la Ciudadanía para poder ejercer la labor de control y seguimiento de los compromisos?*

Sim. A Secretaria de Planejamento, através da Coordenação da Participação Popular estruturou a "Escola da Participação" objetivando

a formação e capacitação de lideranças cujo público alvo são os membros da COMFORÇA e do Conselho da Cidade.

3.5 *¿Existen mecanismos o sistemas de evaluación del presupuesto participativo?*

Sim. As reuniões da COMFORÇA são um espaço de avaliação do OP, todas as discussões acumuladas, bem como as mudanças sugeridas no formato e definições são debatidas no Grupo Gerencial do OP e colocadas para a apreciação final das COMFORÇA.

Dimensión 4. ARTICULACIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA CON LA CIUDADANÍA

4.1 *Describir Grado de institucionalización de la participación ciudadana: reglamentos, ordenanzas municipales, etc...*

Na estrutura de participação popular, alguns conselhos são previstos em lei e são gestores de fundos. A exemplo da COMFORÇA, todos os conselhos possuem normas, regulamento de funcionamento, regimento. Estes instrumentos são votados e pactuados entre os próprios membros dos conselhos. Entretanto, não há legislação municipal que trate a questão.

4.2 *¿Como está articulada la participación ciudadana en la ciudad?: describir los distintos espacios, instrumentos para la participación ciudadana*

Através de conselhos. Dentre os conselhos existentes, vale destacar aqueles com maior ligação ao OP:

- COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO /COMFORÇA – Comissão eleita entre os delegados presentes nos fóruns regionais do orçamento Participativo, para acompanhar a execução dos empreendimentos do OP. Este grupo é permanentemente envolvido no andamento dos processos desde a licitação de projetos até a conclusão de cada empreendimento.

- O *Conselho da Cidade*, que foi pensado como uma instância de abrangência municipal através da qual os diversos segmentos da sociedade organizada e as chamadas “organizações híbridas” (formadas

por representantes do governo e da sociedade), que se configuram como uma rede de participação deliberativa – pudessem tanto discutir questões estratégicas do Orçamento Participativo como problemas intersetoriais relevantes, que afetavam a cidade”.

- *Conselhos Regionais Populares*, que foram criados em 2001, destinam-se a aglutinar atores sociais relevantes no âmbito de cada administração regional, de modo a configurá-los como organismos colegiados consultivos, sobretudo para priorização de demandas locais.

4.3 ¿Existen espacios y servicios públicos de cogestión?

• (gestión mixta municipio y organizaciones sociales)- Describir Sim. Os Centro de Apoio Comunitário.

(gestión mixta municipio y sector privado)- Describir Sim. A manutenção de algumas praças, dentre elas uma das mais simbólicas para a cidade – Praça da liberdade além de alguns jardins em canteiros centrais das avenidas.

4.4 ¿Cómo fomenta el municipio la participación y la movilización de la población en la gestión pública?

Fortalecendo e incentivado a formação de conselhos, comissões regionais e locais, promovendo intercâmbio com universidades, troca de experiências com outras cidades, investimento em qualificação.

4.5 Grado de institucionalización del presupuesto participativo: reglamentos, ordenanzas municipales, etc....

O OP tem regulamentos de funcionamento do processo de eleição de delegados, discussão e votação dos empreendimentos e regimento de funcionamento da COMFORÇA.

4.6 Presupuesto participativo y otros instrumentos de participación ¿Cómo se relaciona el Presupuesto Participativo con otros instrumentos y mecanismos de participación ciudadana?

Conforme já mencionado no item 3.3.4, a fim de cumprir o propósito de relacionar e articular as instâncias de participação popular em Belo Horizonte, buscou-se formas de representação mútua entre estas instâncias – por exemplo, com os membros das COMFORÇA integrando o Conselho da Cidade – ; atribuiu-se regimentalmente ao Conselho da Cidade a função de apreciar e sugerir mudanças na metodologia do Orçamento Participativo, e, por parte do OP, estabeleceu-se

consulta secretarias temáticas e seus respectivos conselhos no estabelecimento das diretrizes para escolha de empreendimentos ou para apreciação de demandas – por exemplo, no caso de a população demandar a construção de um CAC – Centro de Apoio Comunitário, tal demanda é apreciada pelas instâncias correlatas. O OP interage, ainda, com os conselhos e comissões das políticas sociais e urbanas no que se refere a alterações metodológicas, como no caso de articular a rota de expansão do Programa Social BH Cidadania ao volume de demandas de empreendimentos nas áreas de maior vulnerabilidade social apontadas pelo Programa.

4.7 ¿Cuales son las relaciones entre instancias del presupuesto participativo y otros instrumentos de planificación: agenda 21, planes urbanísticos, etc...?

Conforme descrito nos itens anteriores, antes do processo do OP são elaboradas DIRETRIZES gerais para o OP, à luz do plano de uso e ocupação do solo, plano diretor, plano geral específico, plano global, etc. Após iniciado o processo, na fase de análise técnica são analisadas as demandas e elaborado parecer técnico de cada uma, à luz dessa normas, e, somente aquelas que se enquadram nestas diretrizes irão para votação. As demais são excluídas.

4.8 ¿Cómo convoca el municipio a la población para que participe en el Presupuesto Participativo? Que formatos, canales y medios se utilizan
Televisão, rádio, material impresso e, principalmente, associações comunitárias.

4.9 ¿Se facilita la participación de los sectores de población más Excluidos?

Sim, através do programa BH Cidadania. Discriminação positiva destes setores através de critérios que favorecem sua participação e benefício.

4.10 ¿Se integra el sector privado formal al Presupuesto Participativo?
Não.

4.11 ¿Se integran los sectores informales o de economía solidaria?
Não.

5.1 ¿Cuáles son los beneficios del Presupuesto Participativo para la ciudad, los ciudadanos y ciudadanas?

O principal benefício proporcionado pelo OP é o de ser um dos meios, talvez o mais importante para a construção de justiça social, ao promover de maneira muito visível e muito rápida uma discriminação positiva – aqui denominada “inversão de prioridades” – tanto distributiva (destinação de maior volume de recursos para áreas mais vulneráveis) e quanto política (abrindo espaço para segmentos da população antes alijados de decisões políticas).

5.2 ¿Cuáles son los beneficios del Presupuesto Participativo para la gestión local?

Do ponto de vista do Estado, o Orçamento Participativo introduz significativas mudanças, levando à busca de eficiência e eficácia na administração pública e ampliando a dimensão do planejamento público com a participação popular. Para se adaptar a essa nova prática, o Estado teve que se modernizar, introduzindo instrumentos gerenciais, a definição de metas, prazos, critérios para a distribuição de recursos, bem como implementar o monitoramento dos empreendimentos, adequando-se para o exercício do poder compartilhado e para dar respostas às demandas e definições estabelecidas no processo. Para isso, foram dados passos importantes, como, por exemplo, a adequação da administração pública para armazenar projetos, a realização de vistorias mais precisas e, principalmente, a adequação do corpo técnico, tornando-o mais especializado e capaz de enfrentar os novos desafios advindos dessa nova prática.

5.3 ¿Quiénes se benefician del Presupuesto Participativo? ¿ Se produce una inversión de prioridades hacia los barrios, zonas más carentes y los sectores de población más desfavorecidos?

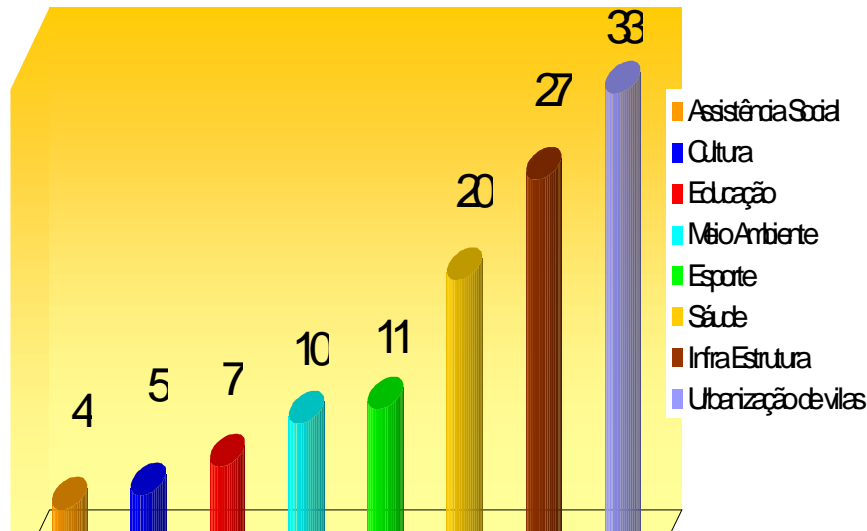
O orçamento participativo, é uma forma de gestão compartilhada governo e sociedade, tem como principal fundamento a participação popular e se propõe a beneficiar toda a cidade. Visa produzir a inversão de prioridades à medida que a população mais pobre da cidade, geralmente moradores de vilas e favelas, conseguem mobilizar e aprovar obras e empreendimentos nunca realizados anteriormente . Esse esforço é realizado através da criação e utilização de mecanismo e instrumentos de distribuição de recursos, com discriminação positiva dos setores e áreas mais carentes.

5.4 ¿Cuales son las obras y servicios recogidas en el presupuesto participativo? Análisis de las prioridades ciudadanas:

- Indicar como se distribuyen las propuestas por áreas municipales (naturaleza de las propuestas)
- Indicar el % del presupuesto participativo por área municipal

CP2005/2006

EMPREENDIMENTOS AFROVADOS NO FÓRUM REGIONAL PORTENÁTICA



TEMA	OP 94		OP 95		OP 96		OP 97		OP 98		OP 99/00		OP 2001/02		OP 2003/04		OP 2005/06		TOTALIZAÇÃO	
	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%	Aprov.	%
Assistência Social	5	2,52	4	2,41	5	2,53	3	3,00	3	4,41	0	0,00	6	4,48	4	2,51	4	3,42	34	3,13
Cultura	0	0,00	5	1,27	1	1,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,47
Educação	10	11,11	1	6,06	7	7,78	12	12,00	7	10,29	12	12,52	15	14,18	10	8,77	7	6,06	1,3	0,48
Esporte	1	1,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	6,22	0	0,00	11	9,10	29	2,59
Meio Ambiente	7	4,9	8	4,81	1	1,11	0	0,00	1	1,11	1	1,11	0	0,00	1	1,11	0	0,00	16	1,47
Infra-estrutura	27	45,00	82	13,40	47	52,22	60	60,00	26	36,24	30	47,62	57	42,54	38	33,33	27	23,78	134	12,73
Urbanização de vilas	0	0,00	0	0,00	1	1,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	17	14,72	13	1,20
Saúde	15	15,15	17	14,24	7	7,78	3	3,00	6	11,76	13	10,32	11	8,21	17	14,91	21	17,94	113	10,41
TOTAL >>>	171	100,00	166	100,00	90	100,00	100	100,00	88	100,00	126	100,00	134	100,00	114	100,00	117	100,00	1086	100,00

¿Puede decirse que con el presupuesto participativo se favorece la prestación y calidad de servicios Universales básicos: salud, educación, etc...?

Sim a indicação de obras e equipamentos nestas áreas para o OP, tem acelerado a universalização dos serviços.

5.6 ¿Cuánto le cuesta al municipio la implantación del proceso y cómo se cubren estos gastos?

Não existe um levantamento preciso, mas se tomamos apenas os itens pessoal e mobilização, pode-se avaliar em mais de 2 milhões de reais / ano as despesas cobertas com recursos próprios do município.

Preguntas finales:

- ¿Cuales son las dimensiones claves para medir este cambio (ver los cuadros de la guía). Seleccionar menos de cinco.
- ¿Cuales son los indicadores claves para medir este cambio (de los propuestos). Indicar dos o tres, los más importantes?.

Ficha 2.2

Preguntas Clave para entrevista con cargo político (a ser posible el Alcalde o bien el/la responsable política del presupuesto participativo)

GUIÓN ENTREVISTA:

- ¿Cuales han sido los cambios principales en la administración municipal desde que se implantó el presupuesto Participativo (dar ejemplos concretos)? ¿En que momento se han dado? ¿Han sido positivos o negativos? ¿ Explique Porqué?
- ¿Cuales son las dimensiones claves para poder apreciar estos cambios ¿ A partir de que se puede percibir?
- ¿Cuales son los impactos sobre la administración municipal y sobre el sistema político local que anticipa hasta el fin del mandato?
- ¿Cómo concretamente mediría estos cambios? Cuales son los dimensiones y los indicadores que serian cruciales poder utilizar?
- Cuales son las dimensiones claves para medir este cambio (ver los cuadros de la guía). Seleccionar menos de cinco.
- Cuales son los indicadores claves para medir este cambio (de los propuestos). Indicar dos o tres, los más importantes.

Metodología cualitativa: Entrevista en profundidad.

Ficha 3

Bloque 3. GOBERNANZA URBANA. Indicadores

Autocumplimentar: indicar de 1 a 3 (X) según corresponda

Ejemplo:

Principios de Buena Gobernanza	Indicadores de Buena Gobernanza	Contribución de los Presupuestos Participativos		
		Directa	Indirecta	Distante
A. Eficacia	1. Elevación del nivel de ingresos municipales			
	2. Predictabilidad de transferencia desde el gobierno central		XXX	
	3. Publicación de estándares ejecutados	XXX		
	4. Encuesta de satisfacción de la ciudadanía	XXX		
	5. Existencia de una visión oficial sobre la ciudad		XXX	
B. Equidad	6. Carta de la ciudad reconociendo el derecho al acceso a los servicios básicos		XXX	
	7. Mujeres Concejales		XXX	
	8. Políticas de tarificación del agua a favor de los pobres		XXX	
	9. Incentivos a la economía informal	XX		
C. Participación	10. Consejo Municipal electo	XXX		
	11. Alcalde electo	XXX		
	12. Población del electorado que vota (desagregado por sexo)		XX	
	13. Foro Público	XXX		
	14. Asociaciones cívicas por cada 10.000 habitantes	XXX		
C. Rendición de Cuentas	15. Publicación formal (licitaciones, presupuestos y cuentas)	XXX		
	16. Control por niveles superiores de gobierno			XXX
	17. Códigos de conducta		XX	
	18. Facilidad para quejas ciudadanas	XXX		
	19. Comisión anti-corrupción		XX	
	20. Divulgación de bienes y de ingresos			XXX
	21. Auditoría independiente		XXX	
E. Seguridad	22. Resolución de conflictos			
TOTAL				